



PLANEJAMENTO DA FECUNDIDADE: GRAVIDEZES NÃO DESEJADAS – PNDS 1996 e 2006¹

Elza Berquó²

Liliam P. de Lima³

A curva construída com os valores das taxas de fecundidade total de mulheres de 15 a 49 anos, ao longo do tempo, refere-se a mulheres que sobreviveram à reprodução. Ela nos conta histórias de esperanças, expectativas e desejos bem sucedidos de ser mãe. Nos conta também histórias de gravidezes indesejadas que por falta de informações e/ou acesso a meios para evitá-las ou para interrompê-las, levaram mulheres a gerar filhos. Ela não registra mas pressupõe um contraponto marcado por centenas de mulheres que não sobreviveram à luta para se tornarem mães ou para evitar a maternidade. Não cabe dúvida de que foram as mulheres mais pobres e mais desassistidas, as que pagaram o maior preço nesse processo.

RESUMO

Objetivo: O presente estudo tem por objetivo estimar os níveis e tendências, entre 1996 e 2006, do grau de indesejabilidade do último filho nascido vivo nos cinco anos anteriores à pesquisa e da gravidez em curso no momento da entrevista, buscando identificar seus diferenciais segundo características socioeconômicas e demográficas das mulheres em idade reprodutiva. **Metodologia:** Os dados foram obtidos da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) realizada em 1996 e 2006, considerando mulheres de 15 a 49 anos. Foram avaliadas as respostas de 4.783 (em 1996) e 4.122 (em 2006) mulheres referentes à indesejabilidade do último filho nascido vivo nos últimos 5 anos anteriores à data da entrevista e, também, as respostas de 532 (em 1996) e 588 (em 2006) grávidas na data da entrevista, referentes à indesejabilidade da gravidez em curso. O estudo das associações entre as indesejabilidades e as características socioeconômicas e demográficas da mulher, foram avaliadas com o uso de testes qui-quadrado e modelos de regressão logística. Todas as análises consideraram os pesos e os planejamentos amostrais. **Resultados:** Verificou-se queda significativa, entre 1996 e 2006, na proporção de indesejabilidade tanto do último filho nascido nos cinco anos anteriores à pesquisa, de 23,1% para 18,2%, como da gravidez em curso no momento da entrevista, de 28,2% para 19,0%. As mulheres mais pobres, menos escolarizadas, negras, não-casadas ou não unidas, mais velhas e com paridades mais elevadas apresentaram maior prevalência de nascimentos não desejados. Quanto à gravidez em curso, a indesejabilidade é maior para as mulheres mais velhas, cresce com o aumento da paridade e com o aumento da defasagem entre o número de filhos tidos e o ideal.

Palavras-chave: Intenções reprodutivas; Gravidez não desejada; Planejamento reprodutivo; PNDS; Brasil.

¹ Texto publicado Dimensões do processo Reprodutivo e da Saúde da Criança. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher-PNDA2006 (Brasil. Ministério da Saúde, 2009).

² Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP.

³ Área de População e Sociedade do Cebrap.



INTRODUÇÃO

As intenções reprodutivas das mulheres brasileiras, traduzidas em termos de fecundidade desejada, variaram pouco nas últimas décadas, passando de 1,8 em 1996 para 1,6 filhos por mulher, em 2006 (Berquó; Lima, 2008). O confronto desses valores com os respectivos das fecundidades observadas, iguais a 2,5 e 1,8, mostra que as mulheres em idade fértil, de forma geral, estão cada vez mais conseguindo atingir seus números desejados de filhos. Isto explica o declínio no percentual de gravidezes indesejadas ocorridas nos últimos anos.

A gravidez indesejada é considerada um indicador da falha no controle do processo reprodutivo. Por este motivo, é muito usado por programas de planejamento reprodutivo para avaliar a demanda não satisfeita de anticoncepção. Esta inclui a falta de informações e de acesso a todos os métodos contraceptivos, a falha de métodos e a não disponibilidade, na rede pública de saúde, de todos os anticoncepcionais.

Esta falha na regulação da reprodução pode estar associada a múltiplos fatores ligados à situação da mulher: sexo sem proteção, uso incorreto de métodos anticoncepcionais, intolerância a certos métodos, insucesso na negociação com o parceiro para usar o preservativo, não uso por estar aguardando uma esterilização, dentre outros.

A variabilidade deste indicador de indesejabilidade, entre países, preocupou um bom número de pesquisadores da área, principalmente por não estarem seus valores, de maneira geral, correlacionados diretamente com a prevalência da anticoncepção ou com os níveis de fecundidade de cada país.

Westoff; Moreno e Goldman (1989) sugeriram que os padrões das proporções de filhos não desejados guardavam certa relação com os níveis e tendências das taxas de fecundidade.

Bongaarts e Lightbourne (1990) chamaram a atenção para uma associação entre níveis agregados de fecundidade indesejada de um país e o estágio no qual o mesmo se encontra no curso da transição da fecundidade.

Segundo Adetunji (2007) esta hipótese não atraiu a atenção da literatura especializada até os últimos anos da década de 1990, quando Bongaarts (1997) voltou a considerá-la com atenção.

Retomando estas idéias, Adetunji (2007) apresenta um estudo empírico baseado em resultados produzidos pela DHS, no período 1996-2000, referentes a um conjunto de onze



países⁴ com diferentes valores para a taxa de fecundidade total. Como salienta o autor, o ideal seria dispor de um *follow-up* dentro de cada país, na medida em que este atravessa a transição da fecundidade. Na impossibilidade de dispor, para um mesmo país, de uma série temporal de valores da fecundidade, ele opta por considerar, no mesmo período, países em diferentes regimes de fecundidade. Assim procedendo, mostrou que a indesejabilidade de uma gravidez é baixa em regimes de alta fecundidade, cresce na medida em que a fecundidade declina e volta a diminuir em regimes de baixa fecundidade, ou seja, reforça as hipóteses de Bongaarts.

Entretanto, o próprio autor chama a atenção para a cautela quanto a seus resultados, deixando clara a necessidade de mais estudos sobre o tema.

As análises do indicador de indesejabilidade nas DHS's internacionais e nas PNDS's brasileiras têm sido feitas considerando-se uma preferência retrospectiva, ou seja, indaga-se da mulher, em inquéritos domiciliares, em correspondência a cada filho de sua história de nascimentos, se quando ela engravidou daquele filho, ela não queria ter mais filhos. Por ser uma informação *ex-facto*, dificilmente uma mulher daria uma resposta que poderia implicar na rejeição de um filho já tido. Daí o argumento de que um indicador baseado em uma preferência retrospectiva subestima o grau de indesejabilidade de uma gravidez.

Além disso, o fato de não serem consideradas as gravidezes que não resultaram em nascidos vivos por terem sido abortadas, pode contribuir ainda mais em um resultado subestimado deste indicador.

Baseado neste argumento, Casterline e El-Zeni (2007) propõem um novo método para estimar este indicador, que considera uma preferência prospectiva, ou seja, na resposta da mulher a uma pergunta se ela quer ter filho (ou outro filho) no futuro. Os autores mostram que, de fato, este método produz valores mais elevados para a prevalência de indesejabilidade.

Em que pesem estas restrições, e no sentido de permitir comparabilidade nacional e internacional, o presente estudo estará baseado na preferência retrospectiva, ficando o novo enfoque a ser considerado em trabalhos futuros.

Objetivo

O objetivo deste estudo é estimar os níveis e tendências, entre 1996 e 2006, do indicador baseado na preferência retrospectiva, buscando identificar seus diferenciais segundo

⁴ Sendo seis países na África, três na Ásia e dois na América Latina, cujas taxas de fecundidade são: 7,20 (Nigéria), 6,37 (Chad), 6,71 (Mali), 5,96 (Benin), 5,20 (Togo), 4,70 (Quênia), 3,27 (Bangladesh), 2,78 (Indonésia), 2,49 (Cazaquistão), 3,54 (Peru) e 2,61 (Colômbia).



características socioeconômicas e demográficas das mulheres em idade reprodutiva.

Metodologia

Os dados analisados neste trabalho referem-se à Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) realizada em 1996 e 2006.

O estudo baseia-se em duas variáveis respostas. A primeira avalia a indesejabilidade do último filho nascido vivo nos últimos 5 anos anteriores à data da entrevista e está baseada na resposta à pergunta “*Nesta gravidez (DE NOME) queria ter filho naquele momento, queria esperar mais tempo, ou não queria mais filho?*”⁵.

No caso da PNDS 2006, foram consideradas respostas de 4.122 mulheres em relação a indesejabilidade do último filho nascido vivo nos últimos 5 anos. Estes nascimentos representam 81,5% do total dos 5.056 nascidos vivos nos últimos 5 anos. Na PNDS 1996, os 3.635 últimos filhos, representam 76,0% do total de 4.783 nascidos nos últimos 5 anos anteriores à pesquisa. Vale observar ainda que, para as duas pesquisas, quase 50% dos filhos aqui considerados nasceram há, no máximo, dois anos antes da data da entrevista, informações que tem implicações na estimativa do grau de indesejabilidade, como se verá mais adiante.

A segunda variável resposta avalia a indesejabilidade da gravidez em curso na data da entrevista, e corresponde à resposta à pergunta “*Quando ficou grávida, estava querendo engravidar naquele momento, queria esperar mais, ou não queria ter (mais) filhos?*”⁶. Neste caso, foram consideradas as respostas de 588 grávidas em 2006 e de 535 em 1996.

A indesejabilidade foi definida como: “*não queria mais filho*” ou “*não queria ter (mais) filhos*”.

As variáveis independentes correspondem a características socioeconômicas e demográficas da mulher, sendo elas: idade na época da entrevista, idade no nascimento do último filho, região de moradia, residência urbana ou rural, estar ou não em união conjugal, cor da pele, anos de estudo, religião atual, status socioeconômico, número de filhos nascidos vivos e diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o desejado. Além destas, em relação à indesejabilidade do último filho, considerou-se também a idade (em meses) do filho no momento da entrevista. Esta variável é de especial importância pois permite avaliar, de forma retrospectiva, a evolução do grau de indesejabilidade ano a ano, nos últimos 5 anos. Em relação

⁵ Corresponde à pergunta 405 de ambos os questionários.

⁶ Corresponde à pergunta 229, para o questionário de 1996, e à pergunta 202, para o de 2006.



à indesejabilidade da gravidez em curso, o mês de gravidez também foi considerado como variável independente.

A avaliação da associação da indesejabilidade com as variáveis independentes foi feita, inicialmente, com o uso de testes do tipo qui-quadrado e da estimação de *odds ratios* obtidos de modelos logísticos univariados. Testes do tipo qui-quadrado também foram usados para comparar os dois anos estudados, dentro das categorias das variáveis independentes. Em seguida, para os dados de 2006, foram ajustados modelos de regressão logística considerando todas as variáveis significativamente associadas com a indesejabilidade. Nesta etapa, foram avaliados possíveis efeitos de interação de primeira ordem, controlando pelas demais variáveis selecionadas. Todas as análises consideraram os pesos e os planejamentos amostrais nos ajustes e foram feitas com o uso do software Stata v. 9. Em todos os testes estatísticos, foram considerados significantes os valores de $p < 0,05$. No caso das comparações entre os dois anos dentro das categorias das variáveis independentes, o método de Bonferroni (Bland; Altman, 1995) foi considerado para garantir o nível de confiança global de 5%.

O presente estudo analisa também, em separado, os diferenciais da indesejabilidade para mulheres jovens de 15 a 19 anos, recorte justificado dadas as eventuais conseqüências de uma gravidez indesejada na vida das adolescentes, tais como a maior chance de abandono da escola, a possibilidade de perder oportunidades de melhorar a sua qualificação para a obtenção de trabalho/ emprego.

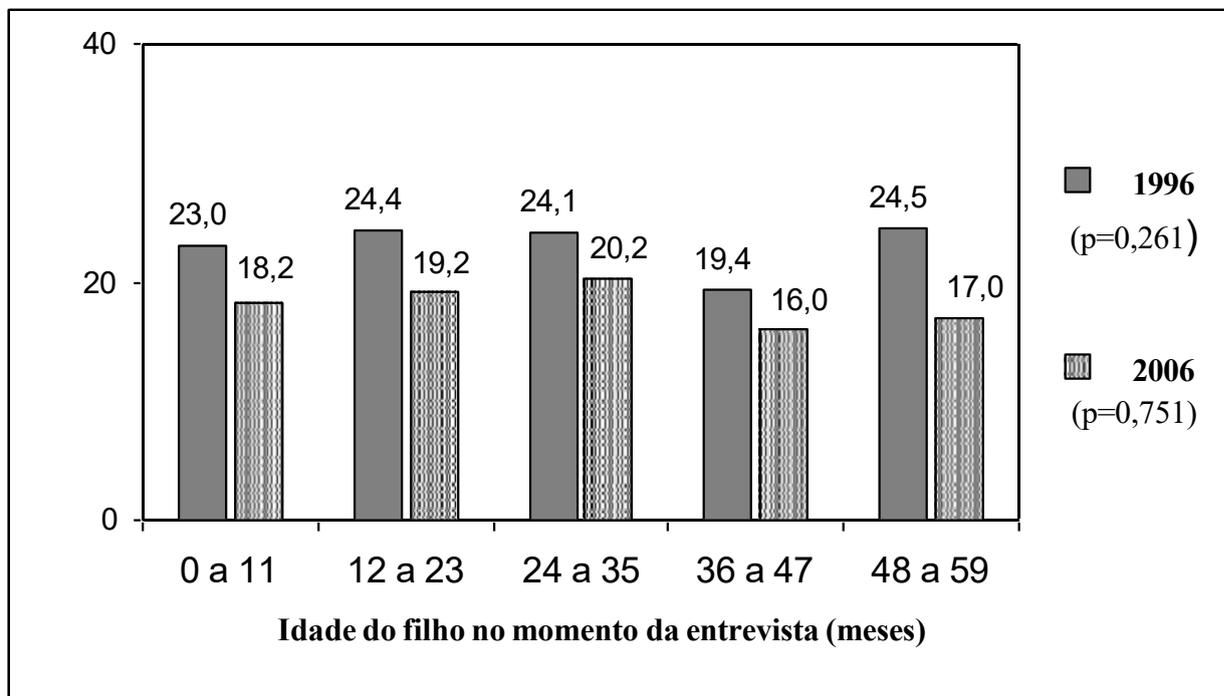
Resultados

Indesejabilidade do último filho nascido nos últimos cinco anos

Os dados de 2006 apresentaram uma queda significativa quanto à prevalência de indesejabilidade em comparação com a pesquisa anterior, passando de 23,1%, em 1996, para 18,2%, em 2006 ($p=0,001$).

Um resultado a ser assinalado é que as mulheres não modificaram de forma estatisticamente significativa a proporção de indesejabilidade dos filhos nascidos a 5, 4, 3, 2 ou 1 anos atrás, a contar da data da entrevista. Em 2006 esta proporção oscilou entre 16,0 e 20,2%, enquanto as referentes a 1996 variaram de 19,4% a 24,5% (Figura 1). A comparação das proporções de indesejabilidade entre os dois anos, dentro de cada faixa de idade do filho, mostra que a maior diferença é observada para filhos nascidos a 5 anos da data da entrevista, sendo 7,5 pontos percentuais. No entanto, estas proporções não são estatisticamente diferentes.

FIGURA 1 – Indesejabilidade do último filho nascido nos últimos 5 anos anteriores à data da entrevista, segundo idade do filho no momento da entrevista (em meses). PNDS 1996 e 2006



De acordo com a análise univariada para 2006, das variáveis independentes consideradas, apenas região, residência e religião atual, não se mostraram significativamente associadas à indesejabilidade (Tabela 1).

A análise dos dados de 1996 mostrou conclusões diferentes apenas para a variável região. Neste ano, o Centro-Oeste apresentou proporção de indesejabilidade significativamente menor do que nas demais regiões, com exceção do Sul, o que não ocorreu em 2006 ($p=0,146$). A comparação das proporções entre os dois anos dentro de cada região indica que esta diferença deve-se, principalmente, à queda observada na região Nordeste, que passou de 26,8, em 1996, para 18,2, em 2006.

Na pesquisa de 2006, entre os fatores que se mostraram associados, observa-se uma tendência de aumento na indesejabilidade do último filho com o aumento da idade da mulher, tanto na data da entrevista quanto no nascimento do último filho. Em relação a esta última, a indesejabilidade aumentou de 11,2% (até 19 anos) para 39,3% (35 anos ou mais). O grau de indesejabilidade é maior entre as não unidas (33,0%), entre as negras (20,6%), entre aquelas com menor escolaridade (28,5%) e entre as de menor poder aquisitivo (22,3%). Quanto maior o número de filhos nascidos vivos, maior o grau de indesejabilidade, o qual é também mais acentuado com o aumento da diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado

desejado.

A comparação entre 1996 e 2006 dentro de cada categoria das variáveis independentes indica diminuição significativa da indesejabilidade nos seguintes subgrupos: mulheres de 35 a 49 anos no nascimento do filho (-14 pontos percentuais); residentes no Nordeste (-8,6); em área rural (-9,7); unidas (-6,1); negras (-6,8); com 9 ou mais anos de estudo (-5,1); católicas (-5,3); e que tiveram número de filhos diferente do número que consideram ideal.

TABELA 1 – Indesejabilidade do último filho nascido nos últimos cinco anos anteriores à pesquisa, segundo características da mulher – PNDS 1996 e 2006

	PNDS %	1996 N Total	OR	PNDS %	2006 N Total	OR	1996 vs. 2006 Valor de p
Idade da mulher na data da entrevista (anos)	p<0,001			p<0,001			
15 a 19	12,7	350	1,0	13,8	371	1,0	0,797
20 a 24	14,8	858	1,2	14,1	1128	1,0	0,757
25 a 29	18,8	1000	1,6*	14,1	1149	1,0	0,023
30 a 34	22,5	789	2,0*	21,2	812	1,7	0,720
35 a 39	41,5	423	4,9*	26,9	439	2,3*	0,003
40 a 49	58,4	215	9,7*	43,1	223	4,7*	0,033
Idade da mulher no nascimento do filho (anos)	p<0,001			p<0,001			
≤ 19	12,7	648	1,0	11,2	778	1,0	0,602
20 a 24	15,7	1039	1,3	16,2	1299	1,5	0,848
25 a 29	20,3	965	1,8*	15,3	1022	1,4	0,040
30 a 34	31,5	582	3,2*	23,5	604	2,4*	0,070
35 a 49	53,2	402	7,8*	39,3	416	5,2*	0,008
Região	p<0,001			p=0,146			
Norte	18,8	186	1,5*	22,8	832		0,180
Nordeste	26,8	1137	2,3*	18,2	780		0,001
Sudeste	24,9	1450	2,1*	19,0	826		0,042
Sul	17,2	589	1,3	15,6	824		0,523
Centro-Oeste	13,7	274	1,0	13,0	860		0,754
Residência	p=0,384			p=0,131			
Urbano	22,6	2818		19,0	2753		0,026
Rural	24,6	817		14,9	1369		0,002
Atualmente casada ou unida	p<0,001			p<0,001			
Sim	21,7	3036	1,0	15,6	3455	1,0	<0,001
Não	30,0	599	1,5*	33,0	667	2,7*	0,472
Cor da pele	p<0,001			p=0,003			
Branca	16,7	1449	1,0	15,1	1474	1,5	0,424
Negra	27,4	2176	1,9*	20,6	2397	2,3*	0,001
Outras	–	7	–	10,3	203	1,0	–
Anos de estudo (anos)	p<0,001			p<0,001			
0 a 4	29,9	1559	2,2*	28,5	980	3,2*	0,625
5 a 8	19,3	1196	1,2	21,7	1460	2,2*	0,380
9 ou mais	16,2	880	1,0	11,1	1650	1,0	0,006
Religião atual⁽¹⁾	p=0,173			p=0,547			

Católica	22,5	2827		17,2	2698		0,001
Evangélica	24,9	485		20,5	927		0,211
Nenhuma	28,5	221		18,8	354		0,042
Outras	17,9	101		16,9	139		0,882
Classificação econômica (Critério Brasil)	p<0,001			p<0,001			
A ou B	15,8	367	1,0	9,6	587	1,0	0,059
C	17,4	982	1,1	17,8	1761	2,0*	0,858
D ou E	26,7	2223	1,9*	22,3	1762	2,7*	0,070
Número de filhos nascidos vivos⁽²⁾	p<0,001			p<0,001			
1	7,0	1214	1,0	5,9	1569	0	0,453
2	15,8	1082	2,5*	18,4	1243	3*	0,297
3	32,4	593	6,4*	35,3	682	3*	0,424
4 ou mais	52,4	747	14,7*	52,1	628	4*	0,938
Diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado	p<0,001			p<0,001			
Menor que o desejado	7,2	1320	1,0	4,2	1436	0	0,009
Igual ao desejado	16,6	1185	2,5*	18,7	1574	3*	0,352
Maior que o desejado	49,4	1098	12,5*	41,3	1070	2*	0,013
TOTAL	23,1	3635^a		18,2	4122^b		0,001

Valores de p referentes ao teste Quiquadrado corrigido pelo planejamento amostral.

* OR (*odds ratio*) significativamente diferente de 1, com $p < 0,05$.

⁽¹⁾ Religião evangélica inclui evangélicas tradicionais e pentecostais, e outras religiões incluem espíritas, afro-brasileiras, judaica e oriental.

⁽²⁾ Número de filhos nascidos vivos não considera a gravidez atual.

^a Do total de 3.635 casos, tem-se 2 ignorados para cor da pele, 63 ignorados para classificação econômica, 32 para diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado ideal, 95 para idade do filho.

^b Do total de 4.122 casos, tem-se 3 ignorados para idade da mãe no nascimento da criança, 48 para cor da pele, 32 para anos de estudo, 4 para religião atual, 12 para classificação econômica, 42 para diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado ideal.

A seguir, são apresentados os resultados da análise multivariada que considera apenas os dados de 2006, feita com base em modelos de regressão logística. Inicialmente, foi ajustado um modelo com todos os fatores que, na análise univariada, foram significativamente associadas à indesejabilidade do último filho nascido nos últimos 5 anos. De acordo com este modelo, anos de estudo e classificação econômica foram os únicos fatores que perderam a significância na presença dos demais. Em seguida, um novo ajuste excluindo anos de estudo e classificação econômica foi feito e, para as variáveis restantes, efeitos de interação foram avaliados. Os resultados não indicaram interação importante e reafirmam os achados mostrando que idade no nascimento do filho, situação conjugal, total de filhos nascidos vivos, diferença entre número de filhos tidos e o considerado desejado (todas com $p \leq 0,001$), além de cor da pele (com $p = 0,022$) se mantêm significativamente associados à indesejabilidade.

Dada a importância que vêm assumindo os estudos sobre a gravidez na adolescência

(Heilborn *et al.*, 2002), foi explorado em mais detalhes, o subgrupo das mulheres de 15 a 19 anos, cuja indesejabilidade do último filho, em 2006, foi 13,8%.

A análise univariada mostrou associação com residência, situação conjugal e diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado. São as jovens residentes nas áreas urbanas, as não unidas e aquelas cujo número de filhos tidos é maior que o desejado que apresentaram maior grau de indesejabilidade, ou seja, 16,5%, 27,9% e 43,9%, respectivamente. (Tabela 2).

Neste caso, a comparação entre os dois anos não indicou diferenças importantes em relação à indesejabilidade desse subgrupo dentro de cada categoria das variáveis independentes.

TABELA 2 – Indesejabilidade do último filho nascido nos últimos cinco anos anteriores à pesquisa para mulheres de 15 a 19 anos, segundo características da mulher. PNDS 1996 e 2006

	PNDS 1996			PNDS 2006			1996 vs. 2006
	%	N Total	OR	%	N Total	OR	Valor de p
Região	p=0,067			p=0,309			
Norte	4,6	28		16,2	101		0,042
Nordeste	10,6	127		8,3	73		0,639
Sudeste	19,2	125		14,6	65		0,693
Sul	3,2	47		28,9	54		0,013
Centro-Oeste	17,9	23		5,8	78		0,149
Residência	p=0,012			p=0,016			
Urbano	15,4	259	3,4*	16,5	220	3,5*	0,841
Rural	5,0	91	1,0	5,3	151	1,0	0,924
Atualmente casadas ou unidas	p=0,021			p=0,042			
Sim	9,7	237	1,0	9,1	279	1,0	0,857
Não	18,9	113	2,2*	27,9	92	3,9	0,445
Cor da pele	p=0,636			p=0,082			
Branca	11,5	111		6,9	97		0,329
Negra	13,4	235		17,0	247		0,528
Outra	–	2		–	23		–
Anos de estudo	p=0,023			p=0,152			
0 a 4 anos	9,6	153	6,3*	27,4	59		0,085
5 a 8 anos	17,1	172	12,3*	12,3	209		0,386
9 ou mais	1,6	25	1,0	7,4	100		0,140
Religião atual⁽¹⁾	p=0,005			p=0,620			
Católica	9,7			15,7			0,244
Evangélica	30,3	275	1,0	11,4	244		0,135
Nenhuma	19,9	36	4,0*	8,7	64		0,180
Outras	–	5	2,3	–	9		–
Classificação econômica (Critério Brasil)	p=0,894			p=0,699			
A ou B	–	9		–	18		–
C	11,6	65		11,5	113		0,985
D ou E	12,3	273		14,5	239		0,689

Número de filhos nascidos vivos⁽²⁾	p=0,545		p=0,137			
1	12,1	278	11,9	314		0,958
2 ou mais	14,8	72	26,4	57		0,243
Diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado	p=0,318		p=0,003			
Menor que o desejado	10,5	225	5,2	241	1,0	0,177
Igual ao desejado	16,5	83	18,8	86	4,3*	0,775
Maior que o desejado	17,5	41	43,9	41	14,4*	0,117
TOTAL	12,7	350^a	13,8	371^b		0,797

Valores de p referentes ao teste Quiquadrado corrigido pelo planejamento amostral.

* OR (*odds ratio*) significativamente diferente de 1, com $p < 0,05$.

⁽¹⁾ Religião evangélica inclui evangélicas tradicionais e pentecostais, e outras religiões incluem espíritas, afro-brasileiras, judaica e oriental.

⁽²⁾ Número de filhos nascidos vivos não considera a gravidez atual.

^a Do total de 350 casos, tem-se 1 ignorado para cor da pele, 3 para classificação econômica, 2 para diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado **desejado**.

^b Do total de 371 casos, tem-se 4 ignorados para cor da pele, 3 para anos de estudo, 1 para classificação econômica, 3 para diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado **desejado**.

Indesejabilidade da gravidez em curso

Assim como para o último filho nascido nos últimos 5 anos, a indesejabilidade da gravidez em curso também apresentou queda significativa em relação à pesquisa anterior, passando de 28,2%, em 1996, para 19,0%, em 2006 ($p=0,014$).

Na análise univariada dos dados de 2006, a idade da mulher na data da entrevista, o número de filhos nascidos vivos e a diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado apresentaram diferenças significantes em relação às porcentagens de gravidezes indesejadas (Tabela 3).

TABELA 3 – Indesejabilidade de gravidezes declaradas na data da entrevista, segundo características da mulher. PNDS 1996 e 2006

	PNDS 1996			PNDS 2006			1996 vs. 2006
	%	N Total	OR	%	N Total	OR	Valor de p
Idade da mulher na data da entrevista (anos)	p<0,001			p=0,024			
15 a 19	11,0	134	1,0	9,4	140	1,0	0,735
20 a 24	17,8	159	1,8	15,7	155	1,8	0,712
25 a 29	29,8	119	3,4*	30,7	150	4,3*	0,925
30 a 49	58,8	124	11,6*	20,3	143	2,5	<0,001
Região	p=0,050			p=0,378			
Norte	18,7	32	1,5	26,6	138		0,264
Nordeste	35,7	193	3,7*	22,5	123		0,039
Sudeste	25,1	202	2,2	14,3	117		0,131
Sul	26,8	82	2,4	20,4	110		0,402
Centro-Oeste	13,0	26	1,0	19,2	100		0,476
Residência	p=0,418			p=0,130			
Urbano	27,3	410		17,2	379		0,024
Rural	31,5	125		25,4	209		0,349
Atualmente casada ou unida	p=0,362			p=0,495			
Sim	29,4	414		18,1	478		0,007
Não	24,3	121		23,0	110		0,880
Cor da pele	p=0,120			p=0,508			
Branca	23,9	209		19,7	194		0,503
Negra	30,7	324		17,8	349		0,011
Outras	–	3		32,3	39		
Anos de estudo (anos)	p=0,005			p=0,534			
0 a 4	35,0	234	2,6*	22,8	143		0,095
5 a 8	26,1	195	1,7	19,4	207		0,237
9 ou mais	17,4	107	1,0	15,1	230		0,705
Religião atual⁽¹⁾	p=0,106			p=0,831			
Católica	30,1	435		17,2	387		0,003
Evangélica	20,9	63		21,1	109		0,983
Nenhuma	11,0	25		22,5	75		0,248
Outras	36,8	12		12,7	16		0,216
Classificação econômica (Critério Brasil)	p=0,066			p=0,784			
A ou B	19,9	50		16,9	68		0,804
C	19,8	115		17,1	234		0,670
D ou E	31,9	358		21,5	284		0,045
Número de filhos nascidos vivos⁽²⁾	p<0,001			p<0,001			
0	4,8	197	1,0	10,7	238	1,0	0,112
1	18,4	149	4,5*	13,3	156	1,3	0,402
2	47,7	94	18,2*	29,8	92	3,5*	0,098
3 ou mais	73,1	95	54,2*	58,6	102	11,9*	0,115
Diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado	p<0,001			p<0,001			
Menor que o desejado	10,7	371	1,0	11,3	418	1,0	0,858
Igual ao desejado	60,7	64	12,8*	31,9	62	3,7*	0,043
Maior que o desejado	73,6	97	23,2*	57,1	103	10,4*	0,070

Meses de gravidez	p=0,032			p=0,831		
≤ 2	25,2	69	1,1	16,1	73	0,260
3 a 5	22,9	230	1,0	17,7	219	0,368
6 a 9	34,3	236	1,8*	20,2	290	0,016
TOTAL	28,2	535^a		19,0	588^b	0,014

Valores de p referentes ao teste Quiquadrado corrigido pelo planejamento amostral.

* OR (*odds ratio*) significativamente diferente de 1, com $p < 0,05$.

⁽¹⁾ Religião evangélica inclui evangélicas tradicionais e pentecostais, e outras religiões incluem espíritas, afro-brasileiras, judaica e oriental.

^a Do total de 535 casos, tem-se 12 ignorados para classificação econômica, 3 ignorados para diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado ideal. Esta amostra possui apenas 1 grávida com idade maior que 44 anos.

^b Do total de 588 casos, tem-se 6 ignorados para cor da pele, 8 para anos de estudo, 1 para religião atual, 2 para classificação econômica, 5 para diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado ideal, 6 para meses de gravidez. Esta amostra não possui nenhuma grávida com idade maior que 44 anos

Comparando com 1996, conclusões diferentes são obtidas para anos de estudo e meses de gravidez. No que se refere aos anos de estudo, embora as duas pesquisas mostrem tendência de queda com o aumento da escolaridade, em 1996, a diferença entre os extremos (“0 a 4 anos” – “9 ou mais”) foi de 17,6%. Em 2006, esta diferença caiu para 7,7%, fazendo com que a escolaridade perdesse a associação significativa observada na pesquisa anterior. Em relação aos meses de gravidez, em 1996 a indesejabilidade foi significativamente maior entre mulheres com 6 a 9 meses de gestação (34,3%) do que entre aquelas com menos de 6 meses. No entanto, os dados de 2006 não mostraram associação entre gravidez indesejada e meses de gestação ($p=0,831$).

Dos fatores associados em 2006, observa-se tendência de aumento na indesejabilidade da gravidez com o aumento da idade da mulher – crescendo de 9,4% (15 a 19 anos) para 20,3% (30 a 49 anos) – e com o aumento do número de filhos nascidos vivos – 10,7% para mulheres que ainda não têm filhos e 58,6% para aquelas com mais de 2 filhos. Em relação à diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado, a indesejabilidade entre as grávidas que dizem ter menos filhos que o desejado (11,3%) é menor do que entre as demais.

A comparação entre as PNDS's dentro de cada categoria das variáveis independentes indica que, na última avaliação, a indesejabilidade caiu significativamente entre as mulheres de 30 a 49 anos (38,5 pontos percentuais) e entre aquelas com 6 a 9 meses de gestação (14,1 pontos percentuais). Também foram observadas quedas significantes, da ordem de 10 a 13 pontos percentuais, para as residentes em área urbana, unidas, negras e católicas.

Considerando os dados de 2006, o modelo logístico que incorpora as três variáveis associadas à gravidez indesejada, selecionadas na análise univariada, não mostrou nenhum efeito de interação significativa. Além disso, mostrou que a idade da mulher e o número de filhos nascidos vivos perdem a significância ($p=0,391$ e $p=0,245$, respectivamente) quando as três

variáveis são consideradas simultaneamente no modelo. Já a diferença entre o número de filhos nascidos vivos e o considerado desejado ainda se mantém significativamente associada à indesejabilidade, mesmo após controlar por essas outras duas variáveis ($p=0,020$).

Os resultados a seguir dão continuidade à análise específica para as mulheres de 15 a 19 anos. Neste caso, o grupo representa quase $\frac{1}{4}$ do total das grávidas no momento da entrevista, tanto em 1996 quanto em 2006.

Nas duas pesquisas, este subgrupo apresentaram a menor proporção de indesejabilidade daquela gravidez, quando comparadas com as grávidas nas demais faixas etárias: 11,0% em 1996 e 9,4% em 2006.

Em que pese a baixa prevalência de indesejabilidade neste grupo, é interessante observar este grau considerando conjuntamente a situação conjugal e o número de filhos nascidos vivos (Tabela 4).

TABELA 4 – Indesejabilidade de gravidezes declaradas na data da entrevista para mulheres de 15 a 19 anos, segundo situação conjugal e número de filhos nascidos vivos. PNDS 1996 e 2006

ATUALMENTE CASADAS OU UNIDAS	NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS VIVOS				TOTAL	
	Nenhum		1 ou mais		% N Total	
	%	N Total	%	N Total		
1996						
Sim	1,8	42	20,5	36	10,5	78
Não	11,1	49	–	6	11,6	56
TOTAL	6,8	91	19,8	43	11,0	134
2006						
Sim	3,5	63	18,9	30	7,7	93
Não	12,6	43	–	4	12,2	47
TOTAL	7,4	106	17,2	34	9,4	140

No que se refere a 2006, observa-se em primeiro lugar, maior indesejabilidade dentre as jovens não unidas (12,2%) do que entre as unidas (7,7%). Além disso, o fato de já terem tido filhos parece ser um agravante da indesejabilidade, já que entre as jovens sem filhos, apenas 7,4% não desejavam a gravidez, contra 17,2% para aquelas que já tinham tido filhos.

Apesar destas diferenças marginais não terem alcançado significância estatística (respectivamente, $p=0,541$ e $p=0,196$), a Tabela 4 mostra resultados que chamam a atenção: para as unidas, a indesejabilidade foi de 3,5% entre aquelas que não tiveram filhos,



crescendo significativamente para 18,9% entre as que já eram mães ($p=0,037$). Por sua vez, para aquelas sem filhos, a situação conjugal parece ser um diferencial menos importante: a indesejabilidade aumentou de 3,5%, entre as unidas, para 12,6%, entre as não unidas ($p=0,203$).

Conclusões semelhantes foram observadas para 1996, ou seja, para as unidas, a indesejabilidade foi de 1,8 para aquelas sem filhos, valor significativamente menor do que os 20,5% observados para aquelas com filhos ($p=0,005$).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da indesejabilidade do último filho nascido nos últimos cinco anos anteriores à pesquisa revelou diferenciais importantes associados à situação conjugal e às condições de vida das mulheres, tanto em 1996 como em 2006. São as menos escolarizadas, as mais pobres e as não-unidas que apresentaram maior prevalência de filhos não desejados. Segue também este padrão de maior vulnerabilidade quanto ao planejamento reprodutivo, as mulheres negras, as mais velhas e aquelas com paridades mais elevadas.

No que se refere a não desejabilidade da gravidez em curso no momento da entrevista, esta é maior para as mulheres mais velhas, cresce com o aumento da paridade e com o aumento da defasagem entre o número de filhos tidos e o tamanho da prole considerado desejado. A associação com a baixa escolaridade que havia se mostrado um fator relevante em 1996, teve sua importância reduzida, dez anos mais tarde.

Entre as jovens de 15 a 19 anos o fato de não estarem em união conjugal aumenta em três vezes o grau de não desejabilidade do último filho nascido nos cinco anos anteriores à pesquisa. Para aquelas grávidas no momento da entrevista, a indesejabilidade está altamente associada à paridade anterior, sendo duas vezes maior para as jovens que já tiveram pelo menos um filho. Esta razão sobe para cinco vezes no caso das jovens unidas.

A queda significativa ocorrida entre 1996 e 2006 na proporção de indesejabilidade do último filho nascido nos cinco anos anteriores à pesquisa e das gravidezes declaradas como não desejadas no momento da entrevista pode estar indicando que as mulheres estão sendo mais bem sucedidas no alcance de suas intenções reprodutivas.

Embora neste trabalho a informação sobre o uso de métodos contraceptivos não tenha sido incorporada no elenco dos diferenciais da indesejabilidade - por se referir a momentos defasados no tempo, em relação aos eventos analisados -, em termos de tendências gerais, pode-se perceber certa correlação entre o declínio do grau de indesejabilidade e o aumento da



prevalência do uso de métodos contraceptivos, verificada no mesmo período. Entre as mulheres unidas, esta prevalência passou de 78% para 82% e cresceu de 55% para 75%, entre as sexualmente ativas, não unidas (Perpétuo e Wong, 2008). Em particular o preservativo teve seu uso aumentado nos últimos anos, principalmente entre jovens (Paiva *et al.*, 2008).

Além disso, em 2006, o diferencial encontrado na proporção de filhos não desejados, segundo o poder aquisitivo das mulheres, foi acompanhado pela variação na prevalência de uso de métodos anticoncepcionais. Neste ano, enquanto 74% das mulheres pertencentes à classe E usavam algum método, este percentual correspondia a 85%, nas classes A e B (Perpétuo; Wong, 2008).

Concluindo, os resultados desse estudo sugerem uma redução das falhas no controle do processo reprodutivo, seja pelo maior e melhor uso de métodos contraceptivos, seja pelo recurso à interrupção voluntária de gravidezes. Redução esta, menos acentuada entre as mulheres mais vulneráveis do ponto de vista econômico e social.

REFERÊNCIAS

- ADETUNJI, J. A. Mistimed and unwanted childbearing in the course of fertility transition. In: UNITED NATIONS. **Prospects for fertility decline in high fertility countries**. New York, NY, 2007. p. 109-125.
- BERQUÓ, E.; LIMA, L. P. Intenções reprodutivas e planejamento da fecundidade. In: BERQUÓ, E.; GARCIA, S.; LAGO, T. (coord.). **Relatório final: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**. São Paulo, SP: CEBRAP, 2008.
- BLAND, J. M.; ALTMAN D. G. Multiple significance tests: the Bonferroni method. **British Medical Journal**, London, v. 310, n. 6973, n. art. 170, 1995.
- BONGAARTS, J.; LIGHTBOURNE, R. Wanted fertility in Latin America: trends and differentials in seven countries. In: IUSSP SEMINAR ON FERTILITY TRANSITION IN LATIN AMERICA, 1990, Buenos Aires. **Anais...**
- BONGAARTS, J. Trends in unwanted childbearing in the developing world. **Studies in Family Planning**, Malden, v. 28, n. 4, p. 267-277, 1977.
- CASTERLINE, J. B.; EL-ZEINI, L. O. The estimation of unwanted fertility. **Demography**, Durham, v. 44, n. 4, p. 729-745, 2007.
- HEILBORN, M. L. *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.
- PAIVA, V. *et al.* Age and condom use at first sexual intercourse of Brazilian adolescents. **Revista de Saúde Pública**, São paulo, SP, v. 42, supl. 1, 2008.
- PERPÉTUO, I.; WONG, L. Anticoncepção. In: BERQUÓ, E.; GARCIA, S.; LAGO, T. (coord.). **Relatório final: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**. São Paulo, SP: CEBRAP, 2008.



PERPÉTUO, I.; WONG, L. Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS's 1996 e 2006. In: BERQUÓ, E.; GARCIA, S.; LAGO, T. (coord.). **Relatório final:** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006. São Paulo, SP: CEBRAP, 2008.

WESTOFF, C. F.; MORENO, L.; GOLDMAN, N. The demographic impact of changes in contraceptive practice in third world populations. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 15, n. 1, p. 91-106, 1989.